

Em vez de se dar esses 47 milhões de fôlego que nós assinamos - fizemos uma emenda em conjunto - para que os funcionários públicos pudessem ser atendidos e tivessem o atendimento melhorado, fizeram um corte. Recebemos um comunicado segundo o qual, em vez de receber os 47 milhões, cortaram mais 15 milhões em relação ao Orçamento que temos atualmente. Notamos que isso é um descaso com a Saúde.

Os funcionários públicos estão envelhecendo e precisam das consultas, dos exames, das cirurgias, e não conseguem nada. Eu observava em Caraguatatuba que as vagas para o Centro Oftalmológico que atende à população de Cubatão, Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião e Ilhabela esgotam em cinco, dez dias. Um professor disse que procurou atendimento na Santa Casa de Mogi, mas que já não havia mais vagas, tem que marcar horário para ficar doente.

Nós, que somos médicos, deputado Jooji, sabemos que a doença acontece a qualquer momento. Paciente passando mal, com dor precordial, provavelmente um infarto do miocárdio ou uma angina, e não consegue uma vaga. Temos que ligar para a direção para ver o que está acontecendo.

Ficamos muito preocupados com o que está acontecendo com o Governo do Estado e com o que pode acontecer com os funcionários públicos em relação ao lamspe. Todos nós, desta Casa, pagamos, fazemos a contrapartida em relação ao lamspe, e lamentavelmente, não temos o atendimento. O risco que correm todas as pessoas, todos os funcionários públicos que precisam do lamspe é muito sério. Tanto faz, em Araçatuba, que é referência, ou em Jales, São José do Rio Preto, Mogi das Cruzes.

Mogi das Cruzes agrega toda a região. São quase dois milhões de habitantes, com, aproximadamente, 35 mil a 40 mil funcionários públicos. As vagas esgotam até dia cinco ou dia dez. A partir do dia dez, o funcionário público não pode adoecer.

Há um descaso com a Saúde, principalmente em relação ao funcionário público do estado, que tem uma referência boa, um hospital bom. Estão recuperando o lamspe, o nosso grande hospital. Essa recuperação tem que ser ampliada para todas as especialidades, tem que ser ampliada para todos os locais que são referência para os funcionários públicos do estado.

Essas são as queixas contínuas que eu recebo na Assembleia Legislativa. Há muitos pedidos: “credencie Jaboticabal”, “credencie Monte Alto”. Não temos condições financeiras para o credenciamento. A referência de Monte Alto é Ribeirão Preto. A referência de Itaquaquecetuba e de Poá é Mogi das Cruzes. Não tem atendimento nem para Mogi.

É necessário fazer alguma coisa pelos funcionários públicos do estado, no atendimento médico feito pelo lamspe. Ou nós fazemos ou vão acontecer essas queixas contínuas, com a população morrendo por falta de atendimento.

Deputado Jooji Hato, V. Exa. é médico e sabe que nós precisamos lutar pela saúde deste estado e pela saúde dos funcionários públicos deste estado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Esta Presidência gostaria de fazer um voto de pesar aos familiares, amigos e parentes do Sr. Nelson Hiroyuki Tanisaki, de 62 anos, morador de Taboão da Serra. Hoje pela manhã, quando saía para trabalhar, ele foi abordado por um menor, adolescente, com boné, moletom e arma, que o assaltou. O Sr. Nelson Hiroyuki Tanisaki, 62 anos, trabalhador, levou um tiro na barriga. Ele acabou falecendo diante de seu filho de oito anos. Deixa, portanto, órfão uma criança de oito anos, deixa a esposa e nos deixa, porque é amigo de todos nós. Infelizmente, a violência campeia e mais uma morte ocorreu hoje, pela manhã, de um trabalhador que estava saindo às seis e meia da manhã, em Taboão da Serra.

Faço a pergunta: como um estado tão importante, tão poderoso não coíbe esses tipos de delitos? Cinco adolescentes assaltaram um ciclista na Av. Faria Lima. Uma morte de um trabalhador de 62 anos - jovem, para mim -, em Taboão da Serra. Isso é rotineiro, contínuo.

Deixo as minhas condolências, meu voto de pesar e esse protesto a mais uma agressão à sociedade e à destruição de uma família. Infelizmente, tantas outras são destruídas diuturnamente no nosso Estado e no Brasil.

Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, de volta a esta tribuna, gostaria de pedir o apoio dos deputados para que possamos aprovar o PDL 11, de 2015, que eu apresentei, para anular e revogar o Decreto 61.466, de 2015, do governador, que, na prática, proíbe a chamada dos aprovados nos concursos públicos do Estado.

Ele dificulta ao máximo, colocando barreiras para a chamada dos aprovados. Há uma grande crise na área da prestação de serviços públicos do estado de São Paulo. Na verdade, há uma crise em todas as áreas. Na Educação, faltam professores. Há a precarização das contratações, através da perversa Lei 1.093, que criou a duzentena e impede o professor categoria “O” de ter acesso ao lamspe e ao Hospital do Servidor Público Estadual.

Só que houve concurso público de PEB I e PEB II para o ensino fundamental e médio, mas o Governo não faz a chamada. Em primeiro lugar, temos que derrubar esse decreto e exigir, ao mesmo tempo, que o governador faça a chamada imediata de todas as professoras aprovadas. Que aceite que as professoras PEB I, que foram aprovadas e têm formação na área do Magistério, possam assumir, porque o Governo está cometendo uma grande ilegalidade, agredindo as professoras e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que, em seu Art. 62, garante que a professora pode lecionar com formação no Magistério. Está na lei, é o Art. 62.

Porém, a Secretaria da Educação transgride a lei. Eu não sei como uma secretária em que o secretário é um desembargador, que foi presidente do Tribunal de Justiça até ontem, o jurista José Renato Nalini, pode afrontar a lei. É uma contradição enorme essa secretaria. O Nalini está manchoando a sua história como jurista. Já falei isso na Secretaria da Educação.

Nós exigimos a chamada imediata desses professores PEB I e PEB II. Há outras áreas que precisam chamar os aprovados, principalmente a área administrativa, que está totalmente fragilizada. É por isso que os processos não andam. Faltam funcionários na Secretaria da Educação e em outras secretarias.

Quero me referir ao concurso público da Secretaria de Segurança Pública para delegado de polícia, escrivão, investigador, polícia técnico-científica. Tivemos um concurso para a Polícia Militar, mas ainda não houve nenhuma chamada para oficial administrativo. Cinco mil pessoas foram aprovadas. Há cinco mil vagas, mas o Governo não chama essas pessoas aprovadas.

O mesmo acontece no Ministério Público e no Tribunal de Justiça, no concurso de escrevente. Eles não chamam, falam que não têm dinheiro. Como não têm dinheiro se tivemos a arrecadação e um Orçamento de 206 bilhões de reais? Eles têm dinheiro sim. Queremos que o dinheiro público arrecadado seja investido nas áreas sociais e na prestação de serviços públicos de qualidade para a população.

Para isso, precisamos ter servidores que operem as políticas públicas para a população. O Governo não chama os aprovados e destrói o que ainda existe de bom no serviço público, através da destruição das carreiras dos nossos servidores, através do não respeito à data-base salarial, que é uma outra irregularidade gravíssima do Governo. A data-base salarial é a Lei 12.391/2006, que aprovamos aqui na Assembleia Legislativa.

Por tudo isso é que queremos derrubar esse decreto. Mas precisamos dos os deputados, que realmente estão do lado da população, dos servidores, ajudem a derrubar o decreto. É tão simples, é só aprovar o nosso PDL nº 11, que vai revogar, vai anular o Decreto 61.466/2015, do governador.

Precisamos pressionar o governador, fazer a chamada dos aprovados no concurso de professor PEB-1 e PEB-2, e de todos os outros servidores, de todas as Secretarias. Estamos com uma carência enorme. Quanto à Segurança Pública, existem várias regiões do estado onde as delegacias fecham durante o final de semana, durante a noite, porque não há delegado de polícia.

Mesmo aqui em São Paulo, na periferia, muitas delegacias fecham à noite. A população vai fazer um Boletim de Ocorrência, e ela está fechada, tem que ir a uma outra delegacia, distante. Um absurdo total.

Já denunciamos isso exaustivamente. Já fizemos audiência pública, já acionamos o Ministério Público e o Tribunal de Contas. Só falta falar com o papa, não sei mais o que fazer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ CARLOS GONDIM - SD - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, fizemos um requerimento de aplausos à rádio 92.1 FM Trânsito Caçula de Pneus, que tem a sua antena na serra do Itapeti, em Mogi das Cruzes, e é composta pelo grupo SulAmérica, MPM Propaganda e grupo Bandeirantes de Comunicação, pelo trabalho que realizam. Eles estão completando dez anos.

Agradeço à rádio SulAmérica Trânsito, pelo favor que prestam a nós, em momentos difíceis no trânsito, dando o tamanho do congestionamento, do que está acontecendo. Conseguimos assim driblar e sair de Mogi das Cruzes e chegar à Assembleia Legislativa, às vezes em uma hora ou uma hora e meia, sempre com a orientação deles.

Parabéns por terem montado uma rádio que realmente fornece essa informação, só trabalhando com o trânsito. Isso é muito importante. Parabéns à rádio Trânsito Caçula de Pneus, com o nome fantasia de SulAmérica Trânsito.

O SR. LUIZ CARLOS GONDIM - SD - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 28 minutos.

10 DE FEVEREIRO DE 2017 7ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: JOOJI HATO e CORONEL TELHADA
Secretário: CORONEL TELHADA

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - JOOJI HATO

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - CORONEL TELHADA

Elogia o trabalho realizado pelo prefeito de São Paulo, João Doria, e pelo deputado federal Bruno Covas. Destaca o número de policiais militares eleitos nos municípios de São Paulo no último pleito. Tece considerações sobre a crise de Segurança Pública no Espírito Santo. Manifesta-se contrário às manifestações policiais naquele estado, devido à consequências para a população. Aponta que os responsáveis pela crise são a Secretaria de Segurança Pública e o governo estadual, por não investirem no setor. Destaca a necessidade de reajuste salarial para a categoria policial do estado de São Paulo.

3 - CORONEL TELHADA

Assume a Presidência.

4 - JOOJI HATO

Faz reflexão sobre as possíveis causas e conseqüências da violência no Brasil. Pondera que medidas preventivas contra a criminalidade são mais baratas e eficazes. Cita leis de sua autoria relativas ao assunto. Elogia equipe policial de Diadema pela prisão de menores infratores, identificados por meio de câmeras de segurança. Menciona que, a seu ver, a utilização de armas deve se restringir à polícia. Destaca a necessidade da realização de blitze do desarmamento. Discorre sobre as conseqüências do uso indiscriminado de armas de fogo.

5 - JOOJI HATO

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

6 - PRESIDENTE CORONEL TELHADA

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 13/02, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Jooji Hato.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convído o Sr. Deputado Coronel Telhada para, como 1º Secretário “ad hoc”, proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - CORONEL TELHADA - PSDB - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o primeiro orador inscrito, nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Davi Zaia. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Orlando Boļcone. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ricardo Madalena. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada João Paulo Rilto. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Leci Brandão. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Rafael

Silva. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Beth Sáhão. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Geraldo Cruz. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Celso Giglio. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Abelardo Camarinha. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Caio Franca. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Itamar Borges. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Rodrigo Moraes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Márcio Camargo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Enio Tatto. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Telhada.

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - Sr. Deputado Jooji Hato, presidindo a sessão neste momento, senhores funcionários e assessores presentes, aqueles que nos assistem pela TV Assembleia SP, aqueles que nos acompanham dos gabinetes, hoje estou lembrando aquela famosa música dos anos 80 ‘eu e você, você e eu’, hoje estamos nessa base, enfim.

Hoje, sexta-feira, estive no gabinete do prefeito de São Paulo visitando o nosso amigo deputado federal Bruno Covas, vice-prefeito da cidade. Fui parabenizá-lo oficialmente pela eleição, não tinha tido ainda oportunidade de tomar um café, fui me colocar à disposição e também acertar algumas pendências que tínhamos junto à Prefeitura.

Quero, portanto, publicamente, parabenizar o mandato do prefeito João Dória - seu secretariado, funcionários e assessores - pelo trabalho forte que tem desenvolvido até o momento. Lógico que ainda não consegui o resultado que deseja, está há pouco tempo à frente da Prefeitura e os problemas são imensos, mas tem trabalhado forte e mostrado que um trabalho competente e sério traz resultados. Acho que todos estão contentes com o que têm visto até agora. Há muita coisa a fazer, mas tenho certeza de que com tempo tudo será devidamente resolvido. Se não for sanado completamente, pelo menos amenizada a situação em que se encontra a nossa querida cidade de São Paulo.

Em seguida estivemos no Comando-Geral da Polícia Militar, no auditório do Copom, juntamente com o senhor comandante-geral. Estávamos eu e o Coronel Camilo pela Assembleia Legislativa, o major Olímpio Gomes e o deputado Capitão Augusto pela Câmara dos Deputados e um grande número de policiais militares eleitos neste último pleito municipal no estado de São Paulo. Tivemos três prefeitos eleitos, cinco vice-prefeitos e 106 vereadores policiais militares eleitos nos municípios de São Paulo, portanto, um número muito expressivo. Nós não tínhamos essa representatividade no passado. Tivemos alguns deputados eleitos, mas não nesse número. Estivemos conversando sobre assuntos diversos, em especial sobre Segurança Pública, quanto a apoio à Polícia Militar porque entendemos, nós policiais militares, que apoiando uma Polícia Militar forte teremos melhorias nessa área tão problemática não só no estado de São Paulo, mas em todo o Brasil. Inclusive conversamos sobre o que está acontecendo no Espírito Santo, o que é muito triste. Muitos perguntam o que eu acho. Eu vejo um ponto positivo e negativo nessa manifestação dos familiares dos policiais militares. O ponto positivo - acho que ficou bem claro - é que sem Polícia não temos democracia, sem Polícia o estado não funciona. Esta é a realidade. Queiram ou não, sem Polícia nós não temos sociedade. Ponto final. É assim que funciona e não adianta reclamar. Em contrapartida é muito triste o que está acontecendo.

Eu não concordo com a greve da Polícia Militar pelo seguinte: somos militares e a nossa legislação não permite que a Polícia Militar faça greve. Sou muito claro nas minhas posições porque nós somos voluntários, aceitamos essa legislação e assim deve ser, por isso somos militares, por isso precisamos de uma Previdência especial, por isso fazemos o que ninguém quer fazer, porque somos militares e cumprimos ordens. A partir do momento que deixamos de cumprir ordens, não poderemos reclamar depois das pessoas que não valorizam o que fazemos.

Sou frontalmente contra qualquer tipo de atitude que faça com que a população sofra e é isso que está acontecendo. A população está presa dentro de casa passando necessidades, os crimes se avolumam diariamente. O crime organizado está forte, vejamos as cenas diárias de banguê-banguê nas ruas. Isso é inadmissível. O Exército chegou para tentar resolver, mas não vai conseguir. Pode colocar mil homens do Exército que não vai resolver. Eles não são preparados para isso. Eu adoro o pessoal do Exército, todos sabem do respeito que tenho pelos nossos irmãos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, mas eles não vão resolver porque não são treinados para isso. Basta ver como os militares do Exército atendem à população: com fuzil na mão, com uniforme inadequado, armamento inadequado, inclusive alguns militares têm sofrido reveses no ataque ao crime organizado.

Para combater a criminalidade, precisamos da Polícia: para investigação, é a Polícia Civil; para o combate à criminalidade, a Polícia Militar. Fora disso, tudo o que falarem é enfeite de pen-teadeira, não resolve nada.

A realidade é esta: quer combater o crime? Coloca a Polícia Militar na rua, mas Polícia Militar competente, que vai para a guerra, não Polícia Militar que fica alisando ladrão. Nós só combatemos o crime combatendo forte. O crime está vindo com tudo; se a Polícia Militar não se posicionar, o crime vai ganhar. Quando não há Polícia Militar na rua, acontece o que estamos vendo.

Fica aqui um alerta ao governador: o que está acontecendo no Espírito Santo é culpa do governador do Espírito Santo e do secretário de Segurança Pública. Agora todos estão dando uma de “João sem braço”, querendo colocar a culpa na Polícia, mas a culpa é do secretário de Segurança Pública. Por que ele não está usando essa bravезта toda com que fala mal da Polícia Militar para defender a Polícia Militar, para pedir aumento para a Polícia Militar, para pedir o pagamento dos direitos dos policiais militares?

Isso ele não fez, mas agora fica dando uma de machão, gritando que a Polícia Militar não pode fazer isso, mas, na hora que deveria ser comandante e fazer o que deveria ter feito, não fez. O governador sabia que estava prestes a acontecer isso, e o que ele fez? Nada.

Portanto, faço aqui um alerta para todos os governadores, em especial para o nosso governador, Geraldo Alckmin: nós estamos há dois anos nesta tribuna falando do reajuste dos policiais. Não estamos falando de aumento, estamos falando do mínimo legal, que é o reajuste salarial pela inflação, no mínimo. Há três anos estamos sem qualquer reajuste.

É não é só a Polícia Militar que está nessa situação. Falo em nome da Polícia Militar por ser um deputado policial militar, mas falo também por todos os funcionários públicos, que estão na mesma situação. O que teremos que esperar? Manifestação, greve, quebra-quebra? E então, se a Polícia age, é ruim porque agiu contra os manifestantes; se a Polícia para, é ruim porque parou. Ou seja, nós seremos culpados por tudo.

Os governadores ficam dizendo que não é legal, que não pode, mas não tomam atitude nenhuma. Vamos parar de hipocrisia, vamos parar de ficar alisando os outros e vamos tomar as providências que devem ser tomadas: valorizar as polícias, valorizar o funcionalismo público e pagar o que deve a essa classe tão sofrida. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Tem a palavra o nobre deputado Cássio Navarro. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Luiz Carlos Gondim. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Analice Fernandes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Afonso Lobato. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Luiz Fernando. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Marta Costa. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado José Zico Prado. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Marco Vinholi. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Celso Nascimento. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ed Thomas. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Nader. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Marcos Martins. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Antonio Salim Curiati. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Teonílio Barba. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Gileno Gomes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Junior Aprillanti. (Pausa.)

- Assume a Presidência o Sr. Coronel Telhada.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, esgotada a lista de oradores inscritos para falar no Pequeno Expediente, passaremos à Lista Suplementar.

Tem a palavra o nobre deputado Itamar Borges. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Antonio Salim Curiati. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Enio Tatto. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Telhada. (Na Presidência.) Tem a palavra o nobre deputado Jooji Hato.

O SR. JOOJI HATO - PMDB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores da TV Alesp, voltarei ao tema que o nobre deputado Coronel Telhada abordou, que é uma preocupação muito grande do povo brasileiro, não só dos paulistas e dos paulistanos.

Todo o País está mergulhado em um grau de violência sem precedentes na história. Isso preocupa todos nós, pois inferniza as famílias, agride as famílias, entristece as famílias. Isso também traz um prejuízo enorme para o comércio, para as indústrias e para os trabalhadores em geral, sobrecarregando prontos-socorros, centros cirúrgicos e UTIs, causando um prejuízo enorme todo santo dia ao governo, aos orçamentos federal e estadual.

Vemos todos com muita dificuldade econômica: funcionários públicos ganhando mal; médicos, enfermeiros e paramédicos ganhando mal; policiais ganhando mal; e isso é fruto da violência incontestе que assola o território nacional.

Não entendo por que nos países mais desenvolvidos nós temos mais segurança. Se você for a qualquer país do Oriente, Europa, Ásia, aos Estados Unidos, verá que há menos violência. Mas quero dizer que sou um apaixonado, brigando pela qualidade de vida. Como vereador e como deputado fiz leis extremamente importantes, que cuidam da prevenção na área da Segurança, que é extremamente importante.

Aliás, em qualquer setor a prevenção sempre sai mais barata e mais eficaz. U fiz a lei seca, para fechar os botecos e controlar a bebida alcoólica, chamada lei do silêncio. Ela tem vários apelidos que meus adversários deram, me criticaram muito, uma parte da imprensa também o fez, mas eu resisti, consegui me reeleger. Fui eleito nove vezes debaixo de uma saravada de críticas por estar querendo controlar a bebida alcoólica, que desagrega a família, que mata, que deixa as pessoas embriagadas e as fazem querer espancar a avó, a mãe, o pai, o irmão e os filhos. Também fazem as pessoas depredarem orelhões e bens públicos, esfaquear amigos após o jogo do Corinthians e Palmeiras, do Corinthians e São Paulo ou do Corinthians e Santos. As pessoas brigam por motivos fúteis porque têm a cachaça, a bebida na cabeça.

Fiz outras leis, como a do cruzamento, para tirar as crianças e os menores das ruas, para que não cresçam como marginais. Cruzamento e faróis não são locais para adolescentes. Fiz a lei para que essas crianças sejam acolhidas no seio familiar ou no seio de entidades que cuidam de menores e adolescentes, não os deixando aprender o que não presta nos semáforos da vida.

As vezes vemos uma pessoa vendendo flores e, no meio do ramalhete, tem um revólver. Também vendem, nos bazares da esquina, produtos contrabandeados e roubados. Águas e sucos contaminados, adulterados.

Digo à V. Exa., Coronel Telhada, que fiz a lei das câmeras de segurança, que está elucidando vários crimes. Cito o Dr. Eduardo, do DP de Diadema, junto ao Jardim Celeste e a cidade de Taboão, aqui em Diadema, próximo de São Paulo e de São Bernardo do Campo.

O Dr. Eduardo e sua equipe conseguiram elucidar um assalto ocorrido em uma loja na qual, felizmente, havia uma câmera que ajudou a polícia a elucidar o caso. Um assaltante foi preso, um era adolescente, dois estão foragidos e há uma moça, uma menina de 16 anos, no meio do assalto, com uma arma, assaltando o comerciante, que abandonou a loja. Mais uma família foi destruída, a lojinha era de um jovem casal, recém-casados que, após o assalto, não tiveram mais condições de continuar trabalhando.

Eu, o tempo todo, procuro fazer leis para colocar detectores de metais e câmeras de segurança. Na Assembleia, como em outros locais, não tem detector de metais, não tem câmeras de segurança. Aqui nós estamos nas mãos dos nossos queridos militares da PM e nas mãos de Deus, acreditando em Deus. Ainda bem que Deus é grande e nos ajuda, ajuda todos os deputados, os funcionários desta Casa e evita que tenhamos, como tem a população em geral, pelas ruas de São Paulo, pelas ruas do Brasil, eventos que entristecem.

Eu luto contra as armas. Não sou radicalmente contra os policiais, contra as autoridades que têm treinamento e sabem usar uma arma, embora tenha havido um incidente em que um policial deu um tiro, uma bala perdida que ceifou a vida de um comerciante ambulante. Isso foi há 24, 30 horas.

Eu sou contra o uso de arma por marginais. Primeiro, acho que arma não é coisa de Deus, é coisa do diabo, foi feita pelo diabo. As armas têm que ser utilizadas quando acaba o diálogo, quando acaba o cumprimento das leis. Os policiais têm que andar armados. Quem tem que estar com metralhadoras são os policiais, não os marginais, os bandidos. Por que os marginais estão com metralhadoras, estão com granadas, estão com tantas armas, muitas de uso do exército.

Eu não vejo isso, por exemplo - pelo menos nunca escutei -, na Europa, um cidadão, marginal, atirando em outros com arma. Mesmo nos Estados Unidos, e, quando tem, eles vão para a cadeia elétrica. Eles têm penalidade. Aqui não. Aqui prende, mas solta no dia seguinte. O cara vive ao bel prazer, rindo da sua cara, usando metralhadora e outras armas. Eles matam policiais, não só militar, mas civil, municipal, federal. Por que eles têm armas quando não deveriam usar? Tem lei, porque não a cumprem?